O GLOBO
Publicado em 23/04/2022 - 05:57

Oposição recorre ao STF contra perdão a Daniel Silveira

ATAQUES À DEMOCRACIA

OFENSIVA NO STF

Oposição tenta derrubar perdão de Bolsonaro a aliado condenado; Rosa Weber será a relatora

CAMILA ZARUR, ANDRÉ DE SOUZA, GERALDA DOCA, MANOEL VENTURA E DANIEL GULLINO
politica@oglobo.com.br
BRASÍLIA

Partidos de oposição lançaram ontem uma ofensiva contra o decreto do presidente Jair Bolsonaro que concede perdão a penas impostas ao deputado Daniel Silveira (PTB-RJ). Cidadania, PDT, PT e Rede entraram com ações no Supremo Tribunal Federal (STF) nas quais contestam a validade do benefício concedido ao aliado do Palácio do Planalto. A medida é tratada como "atentado institucional" e um "prêmio de impunidade" nas peças assinadas pelas siglas. A ministra Rosa Weber foi sorteada como relatora do caso. Em outra frente, parlamentares do PSOL, MDB e também PT e Rede apresentaram projetos de decreto legislativo no Senado e na Câmara com o objetivo de anular o ato de Bolsonaro.

O indulto individual (graça) concedido pelo presidente foi visto nos bastidores do STF como uma afronta, numa tentativa de Bolsonaro de elevar a tensão entre as instituições, insuflando sua base eleitoral. Na quarta-feira, a Corte condenou o deputado a oito anos e nove meses de prisão, inicialmente em regime fechado, multa, além da perda do mandato e dos direitos políticos, por ameaças à democracia e incitação à violência contra magistrados.

Embora não tenha prazo para decidir, caberá a Rosa Weber as primeiras providências nos pedidos da oposição, podendo resolver sozinha ou levar o caso diretamente ao plenário da Corte, no qual os 11 ministros podem se manifestar. Antes disso, Weber deve solicitar que a Procuradoria-Geral da República (PGR) e a Advocacia-Geral da União (AGU) se posicionem. Procurados ontem, os dois órgãos não se pronunciaram.

"O Presidente da República, com a edição do decreto, transmite uma mensagem absolutamente temerária à população brasileira: trata-se de um verdadeiro e puro incentivo ao crime. Uma carta branca. Um salvo-conduto apriorístico. Uma garantia de impunidade. A certeza de que, do ponto de vista sistêmico, decisões judiciais que afetarem os seus círculos próximos não subsistirão", diz o texto da ação da Rede.

Além das ações dos partidos, o senador Renan Calheiros (MDB-AL) entrou com uma reclamação constitucional à Corte para suspender o decreto de Bolsonaro. Neste caso, o pedido do parlamentar foi direcionado ao relator da ação contra Silveira, ministro Alexandre de Moraes.

Ministros da STF discutem a possibilidade de usar as ações dos partidos para dar uma resposta conjunta e institucional ao ato do presidente, que está previsto na Constituição, mas pode ter seus efeitos limitados. Integrantes da Corte avaliam ser preciso responder de forma firme, mas sem cair no que classificam como "cilada" de Bolsonaro, para evitar uma escalada da crise institucional.

CARTA NA MANGA

A linha dominante no STF é a de não questionar a legalidade do decreto, e sim focar no momento de sua publicação, antes do fim do processo, o chamado trânsito em julgado. O ponto mais importante defendido na Corte é o de manter a inelegibilidade do deputado, evitando a briga de revogar a pena de prisão.

Integrantes do governo afirmaram, reservadamente, que o presidente tinha a medida como opção caso alguma das investigações do STF atingisse seus filhos, em especial o deputado Eduardo (PL-SP) e o vereador do Rio Carlos Bolsonaro (Republicanos). Neste sentido, o indulto não foi pensado para Silveira, mas como um "recado" para o Judiciário.

Bolsonaro foi incentivado pelos ministros Luiz Eduardo Ramos (Secretaria Geral), Augusto Heleno (GSI) e pelo agora assessor especial Walter Braga Netto, todos militares. O ministro Ciro Nogueira (Casa Civil), um dos líderes do Centrão, foi contra. Integrantes desse bloco político tentaram costurar um acordo segundo o qual o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), trabalharia para que Silveira tivesse seu mandato preservado.

Sem citar o STF, o general Heleno, um dos principais conselheiros do presidente, disse que a eventual derrubada do decreto "abre a porta" para a "insegurança jurídica".

NELSON JR./SCO/STF/15-09-2021

Análise. Caberá a Rosa Weber as primeiras providências nos pedidos da oposição

> "O Presidente da República, com a edição do decreto, transmite uma mensagem absolutamente temerária à população brasileira: trata-se de um verdadeiro e puro incentivo ao crime. Uma carta branca. Um salvo-conduto apriorístico. Uma garantia de impunidade"
>
> **Rede Sustentabilidade,** em ação no STF

Presença de ministro do TCU na elaboração do indulto é criticada

> A presença do ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Jorge Oliveira na reunião em que Bolsonaro definiu os detalhes do decreto que concedeu perdão ao deputado Daniel Silveira (PTB-RJ) causou críticas entre membros da Corte e também do Supremo Tribunal Federal (STF). Três ministros do Supremo ouvidos pela colunista Bela Megale, do GLOBO, viram como "inadequada" a participação de Oliveira na estratégia e pontuaram que ele "não deve agir mais como o assessor de Bolsonaro" que foi no passado.

> Ministros do TCU destacaram que Oliveira não deveria ter se envolvido no embate, já que o cargo na Corte também exige "imparcialidade", pois lá são julgadas contas do governo. A colegas do TCU, Oliveira disse que estava lá para atuar como bombeiro.

> Também estavam presentes o subchefe para Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral da Presidência da República, Pedro Sousa, e o ministro da Secretaria de Governo, Célio Faria Júnior.

> Jorge Oliveira foi assessor jurídico de Bolsonaro quando ele era deputado federal e também foi ministro do governo. Ele tomou posse como ministro do Tribunal de Contas da União em dezembro de 2020.

Presidente diz que indulto a deputado foi ato simbólico

Bolsonaro afirma que decisão de conceder perdão a Silveira é importante não pela 'pessoa em jogo', mas serve de 'garantia da liberdade'

DANIEL GULLINO
daniel.gullino@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

O presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que a concessão de indulto individual (graça) ao deputado Daniel Silveira (PTB-RJ) foi importante não "pela pessoa que estava em jogo", mas pelo "simbolismo" da "garantia da nossa liberdade".

Bolsonaro editou na quinta-feira um decreto que concede perdão de pena a Silveira, condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a oito anos e nove meses de prisão.

— Ontem (quinta-feira) foi um dia importante para o nosso país. Não pela pessoa que estava em jogo ou por quem foi protagonista desse episódio. Mas o simbolismo de que nós temos, mais que o direito, nós temos a garantia da nossa liberdade — disse o presidente, durante cerimônia em Porto Seguro (BA) em comemoração aos 522 anos da chegada dos portugueses ao Brasil.

Em outro momento do discurso, sem mencionar o benefício dado a Silveira, o presidente afirmou que não deixará de tomar decisões difíceis:

— Vocês devem saber também como as decisões muitas vezes são difíceis. Mas sei que pior que uma decisão mal tomada é uma indecisão. Não deixaremos de, na hora certa, seja com o sacrifício do que for, tomar a frente e dar um rumo para o nosso Brasil.

O ex-presidente Michel Temer (MDB), que já atuou para apaziguar conflitos entre Bolsonaro e o STF, afirmou ontem, em nota, que o presidente deveria revogar o perdão presidencial a Silveira para evitar uma crise entre os Poderes.

"Como a decisão do STF sobre o processo contra o deputado Daniel Silveira ainda não transitou em julgado, o ideal, para evitar uma crise institucional entre os Poderes, é que o presidente da República revogue por ora o decreto e aguarde a conclusão do julgamento. Somente depois disso, o presidente poderá, de acordo com a Constituição Federal, eventualmente, utilizar-se do instrumento da graça ou do indulto".

Pelo Twitter, Bolsonaro respondeu: "Não".

CRISTIANO MARIZ/18-04-2022

Conduta. Bolsonaro editou decreto horas após decisão do STF

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política **Pagina:** 4

Copyright © Clipclap 2025.